

Apresentação

Uma boa nova no campo social: a pobreza e a desigualdade no Brasil reduziram-se nos anos recentes. Vários fatores contribuíram para esse resultado. Um cenário macro econômico favorável reverteu a tendência de deterioração do mercado de trabalho e, a partir do final de 2003, observou-se queda do desemprego, recuperação do salário mínimo e elevação do trabalho assalariado com carteira assinada e contribuição para a previdência social. Avanços também foram observados no meio rural, com o aumento da formalização das relações de trabalho e a elevação dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares.

Alem das melhorias ocorridas no mercado de trabalho, a ampliação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e demais benefícios assistenciais e previdenciários, ambos positivamente influenciados pelo aumento do salário mínimo, reforçaram a tendência de queda na pobreza. Na área rural, além da previdência, o crescimento do crédito agrícola e os programas de assentamento da reforma agrária também contribuíram para os resultados alcançados.

No entanto, nem tudo são flores. Os indicadores sociais brasileiros registram problemas inaceitáveis face o nível de desenvolvimento do país e não há garantias de que os fatores que contribuíram para as melhorias recentes terão continuidade de modo a propiciar uma reversão definitiva do quadro de desigualdades acumuladas historicamente.

Por outro lado, os avanços observados não ocorreram de forma homogênea em todo o território nacional. Ao contrário, muitos deles se verificaram com maior intensidade nas regiões já tradicionalmente mais desenvolvidas com as Regiões Metropolitanas constituindo um caso a parte.

Elas acusaram perda com respeito à participação no rendimento total do país, uma recuperação mais lenta nas taxas de ocupação e, conseqüentemente, menores avanços na redução da pobreza. Na Região Metropolitana de São Paulo o número de pobres aumentou nos últimos anos. As dificuldades de sobrevivência nas áreas metropolitanas vêm se refletindo nas migrações internas, ocasionando um arrefecimento do ritmo de crescimento metropolitano em paralelo com a emergência de um número expressivo de cidades entre 50 e 500 mil habitantes.

Essas questões, entre muitas outras, estão analisadas em detalhes na coletânea dos estudos reunidos nesta publicação. Eles foram debatidos no “Seminário de Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004)”, promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O objetivo desse evento, que reuniu acadêmicos e formuladores de políticas públicas, foi o de estimular o debate e a reflexão sobre os dados mais recentes divulgados pela PNAD. Atualmente, a pesquisa coleta informações de cerca de 400 mil pessoas, em 100 mil domicílios, distribuídos em todo o território nacional, incluindo, na última edição, a área rural da Região Norte. Realizada anualmente, ela representa a mais importante e abrangente fonte de informações sobre a realidade social brasileira no que refere a população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Suplementos anuais abordam tópicos específicos que enriquecem o acervo de informações disponíveis para estatísticos, estudiosos e formuladores de políticas públicas.

Na maior parte dos trabalhos aqui apresentados, os pesquisadores se debruçaram na análise dos dados relativos aos anos 2001-2004, sendo que muitos recorreram a períodos anteriores para explicar as mudanças mais recentes. Os estudos abarcam uma gama variada de temas em que se destacam a distribuição de renda e a pobreza, o desenvolvimento regional, as mudanças demográficas, o mercado de trabalho urbano e rural e seus reflexos nos arranjos familiares e na participação feminina. Nesta coletânea são estabelecidas as relações entre o contexto macro econômico e as condições de vida e de trabalho da população, permitindo

ao leitor uma visão mais abrangente dos fenômenos observados. Os diagnósticos são acompanhados de uma análise dos fatores que determinaram as situações constatadas e dos desafios que elas apresentam para as políticas públicas no futuro próximo.

Leitura obrigatória para todos aqueles que na academia ou no governo se esforçam para buscar modos e meios para promover melhorias mais rápidas e duradouras nas condições de vida do povo brasileiro.

ANNA PELIANO
Diretora de Estudos Sociais
Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea)